colónia, revestirão a forma de lei, decreto-lei ou decreto simples, nos termos da Constituição, e devem sempre conter a declaração de que têm de ser publicados nos *Boletins Officiais* das colónias onde hajam de executar-se; os que regularem matérias de exclusivo interesse das colónias são da competência do Ministro das Colónias ou do governo da colónia, conforme fôr estabelecido nos diplomas a que se refere o n.º 1.º do artigo anterior. Fica porém estatuído o seguinte:

§ 1.º Não pode ser contestada, com fundamento na violação da 1.ª parte dêste artigo, a legitimidade constitucional dos preceitos contidos nos respectivos diplomas.

§ 2.º Os diplomas publicados no exercício da competência legislativa do Ministro das Colónias revestirão a forma de decreto promulgado e referendado nos termos da Constituição, salvo o caso de o Ministro se encontrar em funções no território colonial.

§ 3.º (*O actual § único*).

Artigo 40.º Cada colónia tem o seu orçamento privativo, elaborado segundo um plano uniforme e de harmonia com os princípios consignados nos artigos 63.º e 66.º da Constituição.

§ 1.º O orçamento geral da colónia incluirá somente despesas ou receitas permitidas por diplomas legais e não entrará em vigor sem autorização ou aprovação expressas do Ministro das Colónias.

§ 2.º Quando o orçamento não possa entrar em execução no começo do ano económico, continuarão provisoriamente em vigor, por duodécimos, só quanto à despesa ordinária, o orçamento do ano antecedente e os créditos sancionados durante êle para ocorrer a novos encargos permanentes.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Setembro de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *José Caeiro da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Declaração

Tendo sido, por lapso, publicado duas vezes no *Diário do Governo* n.ºs 198 e 203, 1.ª série, respectivamente de 5 e de 11 do corrente, pelo Ministério da Marinha, 6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, sob os n.ºs 34:884 e 34:909, o decreto que transfere a quantia de 180.000\$ da verba inscrita no capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 1), do orçamento do referido Ministério para reforço de verbas dos artigos 101.º e 104.º do mesmo capítulo e orçamento, declara-se que foi superiormente determinado que se considere nula e de nenhum efeito a segunda publicação do referido decreto, feita no *Diário do Governo* n.º 203, 1.ª série, de 11 do corrente, sob o n.º 34:909.

Secretaria da Presidência do Conselho, 14 de Setembro de 1945. — O Chefe da Secretaria, *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Em virtude do preceituado no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, declara-se, para os devidos efeitos, que S. Ex.ª o Ministro das Finanças autorizou, por seu despacho de 28 de Agosto último, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 157\$ do n.º 2) para o n.º 3) do artigo 14.º, capítulo 2.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o corrente ano económico.

2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 11 de Setembro de 1945. — Pelo Chefe da Repartição, *J. Miranda Vasconcelos*.

Direcção Geral das Alfândegas

Portaria n.º 11:106

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, ouvida a Direcção Geral das Alfândegas, que nos mapas I e II anexos à Reforma Aduaneira, aprovada pelo artigo 1.º do decreto-lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941, na parte referente à Alfândega de Angra do Heroísmo, seja rectificada para Fajã dos Vimes a designação do posto fiscal habilitado a cobrar imposto de pescado que nesses mapas figura como Fajã das Vinhas.

Ministério das Finanças, 17 de Setembro de 1945. — O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA MARINHA

Portaria n.º 11:107

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Marinha, que a fiscalização aduaneira da costa passe a ser integrada nos serviços gerais de fiscalização da costa, dependentes do Ministério da Marinha, como foi previsto no artigo 489.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo decreto-lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941, devendo exercer-se nos termos das instruções anexas a esta portaria, que vão aprovadas para vigorarem, em regime provisório, durante um ano.

Ministérios das Finanças e da Marinha, 17 de Setembro de 1945. — O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.

Instruções para o serviço de fiscalização aduaneira da costa

I — Êste serviço tem por objectivo:

a) Impedir o embarque ou desembarque de mercadorias em contrabando (definido no artigo 35.º do Contencioso Aduaneiro, aprovado pelo decreto-lei n.º 31:664, de 22 de Novembro de 1941);

b) Vigiante a navegação e permanência de embarcações mercantes e de recreio dentro da zona de respeito, considerada de 6 milhas (n.º 2.º do artigo 46.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo decreto-lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941);

c) Fazer cumprir, na área onde se exercer, as disposições das leis e regulamentos aduaneiros e fiscais em vigor.

II — Os navios da fiscalização podem visitar, quando os respectivos comandantes o julgarem conveniente, quaisquer embarcações, com exclusão das de guerra, que se encontrem navegando dentro da zona de respeito, para examinar os manifestos e demais papéis de bordo ou colhêr quaisquer esclarecimentos que interessem à fiscalização aduaneira.

III — Será exercida vigilância especial sôbre as embarcações nacionais, com exclusão das de guerra, que forem encontradas próximo da costa e se tornarem suspeitas.

Quando for caso disso, essas embarcações serão apreendidas e conduzidas ao pôrto nacional mais próximo, onde serão entregues à estância aduaneira, com a comunicação escrita do delito praticado.

IV — Serão apreendidas as embarcações encontradas a descarregar ou baldoar clandestinamente mercadorias ou pescado dentro da zona de respeito, procedendo-se nos termos referidos na segunda parte do número anterior.

V — A fiscalização impedirá que quaisquer embarcações mercantes estejam fundeadas fora dos portos ou em ponto da costa onde não exista estância aduaneira, salvo caso de força maior devidamente comprovado.

VI — Os objectos encontrados no mar e recolhidos pelos navios da fiscalização serão entregues pelos respectivos comandantes na estância aduaneira do primeiro pôrto nacional onde tocarem.

VII — Os comandantes dos navios encarregados da fiscalização aduaneira da costa e os chefes das delegações aduaneiras nos portos nacionais permutarão todas as indicações de que dispuserem tendentes a assegurar o máximo de eficiência à fiscalização tanto terrestre como na zona marítima.

VIII — A bordo de cada um dos navios em serviço de fiscalização da costa será escriturado um diário fis-

cal em que se relatem as ocorrências ou observações que interessem aos serviços aduaneiros.

No fim de cada cruzeiro será fornecida à Direcção Geral das Alfândegas, pela entidade competente do Ministério da Marinha, cópia do diário fiscal do navio que o efectuou.

Ministérios das Finanças e da Marinha, 17 de Setembro de 1945. — O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Portaria n.º 11:108

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 34:177, de 6 de Dezembro de 1944, abrir um crédito especial de 70.000\$, com contrapartida nos saldos positivos das contas de exercício anteriores, destinado a reforçar com 20.000\$ e 50.000\$, respectivamente, as verbas do capítulo 10.º, artigo 234.º, n.º 2), alínea b), e n.º 4), alínea b), segunda parcela, destinadas a «Ajudas de custo inerentes às deslocações fora da colónia, a pagar na colónia» e a «Passagens de ou para o exterior, por quaisquer outros motivos, a pagar na colónia», da tabela de despesa do orçamento geral da colónia de Cabo Verde em vigor.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Cabo Verde.

Ministério das Colónias, 17 de Setembro de 1945. — O Ministro das Colónias, interino, *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.